

ECOFEMINISMO: UM OLHAR ECOFEMINISTA SOBRE O DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

MARINA DE OLIVEIRA PEREIRA

Graduanda em Direito

marinadeoliveiraapereira@outlook.com

LORENA BORSOI AGRIZZI

Professora orientadora

Professora orientadora, Graduada em Direito, Mestre em Cognição e Linguagem

lorena@fdci.edu.br

RESUMO

O presente artigo visa discorrer sobre questões que envolvem a produção acadêmica feminista tendo em vista o crescimento deste para diferentes abordagens feministas no Direito, com uma vertente voltada para a emergência do ecofeminismo nos estudos sobre direito ambiental brasileiro. O objetivo principal deste artigo é analisar a proteção jurídica do movimento ecofeminista. O movimento ecofeminista busca abraçar a igualdade política, econômica e social entre homens e mulheres e a distribuição da natureza como questões interligadas para alcançar o modelo atual de desenvolvimento sustentável. Para a realização da pesquisa, foram utilizados métodos bibliográficos e dedutivos, por meio de análise documental de livros e sites oficiais da internet para a constatação da problemática. Constatou-se que, embora historicamente, as mulheres sempre tiveram posições inferiores em relação ao homem, inclusive sobre uma distribuição ambientalmente equitativa, a Constituição Federal de 1988 objetivou materializar a prática da igualdade entre homens e mulheres e, em um contexto internacional, as previsões do movimento ecofeminista foram observadas em diversos instrumentos normativos, como a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Conferência de Estocolmo e a Conferência Internacional da Mulher.

Palavras-chave: Ecofeminismo; Meio Ambiente; Mulheres; Sociedade; Igualdade.

1 INTRODUÇÃO

O feminismo ecológico, também conhecido como Ecofeminismo, abrange tanto a teoria como a prática e ela abarca três áreas, que são: os estudos feminista, ambientalista e o animalista. Quanto a essas divisões, pode-se entender como; os estudos feministas que é a vertente de um movimento que luta pela a igualdade

social das mulheres e que busca combater o patriarcado e a violência contra as mulheres. Já no estudo ambientalista, o estudo é voltado com o objetivo de avaliar as atividades na qual antecedem o planejamento e a execução do estudo que acarreta a deterioração do meio ambiente. Por fim, o estudo animalista, que seu objetivo é o reconhecimento de sua autonomia no direito ambiental. Nesse sentido, será feita a desconstrução analítica do conceito proposto para analisar seus elementos essenciais. Conforme sugerido, os princípios de exclusividade ou exclusividade no direito animal são os seguintes: 1) o princípio da dignidade animal; 2) o princípio da universalidade; 3) o princípio da liberdade natural e 4) o princípio da educação animal. Por sua vez, os princípios da não exclusividade ou compartilhamento do direito animal possuem uma lista mais aberta que pode, ao menos, indicar o seguinte: 1) o princípio da precaução; 2) o princípio da democracia participativa; 3) o princípio do acesso à justiça e 4) a proibição de retrocesso nas regras. Pode-se perceber intuitivamente que o estabelecimento teórico das teorias, conceitos e princípios do direito animal não tem sido discutido pela comunidade científica.

A importância da pesquisa é retratada sobre a desigualdade e a insustentabilidade, que rege a relação da mulher e do homem de diferentes pontos de vista sobre o lugar da mulher na sociedade. Por isso, a relevância do ecofeminismo, pois a figura da mulher é vista de maneira peculiar por meio do empoderamento feminino, como exemplo disso, podemos citar o caso das extrativistas, profissão essa que depende da extração de matérias primas para a indústria, tal peculiaridade se dá pela dominância histórica da mão de obra masculina no trabalho. As contribuições para a compreensão, intervenção ou solução que a pesquisa apresentara, será aos elementos que compõem o ecofeminismo e estão vinculadas em contextos distintos de promoção da subjugação e a opressão. Sendo assim, ela existe de forma plural e é conhecida como “ecofeminismos”. Os ecofeminismos tem diversas abordagens, podendo se delimitar como um conjunto de diferentes teorias políticas e vertentes feministas, como, radical, marxista, anarquista etc. A relação entre as categorias das mulheres, da natureza e os animais é estabelecida a partir da compreensão da dominação, opressão e exploração. Nos sistemas capitalista e patriarcal, é a relação que se dá com as minorias políticas de forma estruturante e estrutural.

Com isso, no contexto de patriarcado e capitalismo, além da relação entre a opressão das mulheres, dos animais e da natureza, são identificadas como oriundas.

Portanto, os diferentes movimentos de estudos sobre gênero/feministas ou analista/ambientalista, devem ser levadas em conta os diferentes “ismos” de denominação, pois, trata-se das interações e marcadores sociais nas vidas das minorias.

2 A POSIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE AO LONGO DA HISTÓRIA

Quanto a posição da mulher na sociedade, é sabido por todos que, desde os primórdios da humanidade teve posição sempre inferior em relação ao homem em todos os aspectos da vida. Sempre fora ensinado que a mulher era uma criação subhumana da costela de Adão, não tenha posição de igualdade, mas de inferioridade. Interpretação errônea, visto que por um ponto de vista lógico, a mulher foi formada pela lateral masculina, ato que pode ser interpretado como forma de demonstrar igualdade entre ambos, reciprocidade, e não demonstrativo de inferioridade.

Entretanto, o que a história revela, é que a intenção perniciosa da igreja em inferiorizar a mulher, tinha por principal objetivo questões econômicas e hierárquicas, de modo que, a monopolização do homem sobre tudo o que pudesse possuir era a melhor forma de garantir o poder e controle, sobretudo, entre os mais vulneráveis.

A igreja, teve papel fundamental para a criação de um sistema patriarcal tão malévolos que, conseguiu na idade média, o sacrifício de milhares de mulheres simplesmente por se mostrarem de alguma forma resistente a um sistema tão desigual, tudo feito com o pretexto de uma oposição a sagrada igreja e aos ditames divinos, quando na verdade, não passava de uma forma de controle social.

A era da inquisição, não matou apenas mulheres que aparentemente exerciam religião diversa da permitida, mas tinha como escopo fazer a vontade da igreja, composta por cidadãos homens, de classe elevada. Ou seja, não passava de mera vontade de domínio sobre os mais fracos, sobre tudo, da mulher.

Ao longo da história, nota-se que diversas lutas femininas foram surgindo como intuito de defenderem sua posição na sociedade como ser humano dotado de personalidade e direitos. Algumas dessas lutas sequer surtiram efeitos porque logo foram caladas pela “classe dominante”, entretanto, foram necessárias para encorajar que outras lutas surgissem, e cada vez mais mulheres pudessem se posicionar. Do contrário, hoje ainda estariam a mercê exclusivamente da vontade masculina. Não que ainda não estejam, essa cultura permanece até hoje, contudo, vê-se um pouco

mais de liberdade para a busca de direitos.

2.1 – Aspectos introdutórios

O termo "Antropoceno" traz uma dupla restrição: Coloque as pessoas no centro novamente e aponte Ao mesmo tempo, para a era pós-humana, em um ponto contraditório, pois, os humanos antecipam eventos de "singularidade" - ou seja, o futuro pós-biológico da humanidade, muitas vezes com Máquinas como descendentes de nossa evolução. Para os autores, os pós-humanos não devem ser descritos como uma ruptura com o apocalipse do passado, mas uma inovação e a replicação se sobrepõe – um padrão que ela chama de serialização, um termo que ela toma emprestado da antropologia arqueológica.

Desconstruir a narrativa hegemônica do Antropoceno requer uma análise crítica de suas quatro camadas invisíveis: 1) Relações coloniais: a única civilização que importa é a civilização ocidental; 2) Relações de gênero: a única instituição histórica é a "produtividade" (ciência e tecnologia industriais) 3) Relações de classe: desigualdade social e exploração são irrelevantes 4) Relações entre espécies: mundos de vida não humanos são irrelevantes. Coletivamente, esses diferentes aspectos da narrativa da hegemonia do Antropoceno decorrem da invisibilidade das "forças reprodutivas", aquelas instituições – racializadas, femininas, remuneradas e não remuneradas, humanas e não humanas – que mantêm o mundo vivo. Embora o modelo hegemônico de modernidade seja parte integrante da modernidade capitalista/industrial, não coincide plenamente com ela. Por um lado, o capitalismo adota esse modelo racional ao reconfigurar o conceito de modernidade, a capacidade de extrair valor do trabalho humano e não humano; por outro lado, suas dimensões-chave (ou partes dele) também podem ser encontradas no capitalismo. Um sistema social não orientado a valores. O nacional-socialismo, como experimentado pelo bloco soviético ou pela China, ou algumas de suas versões pós-coloniais na África, América Latina e Sudeste Asiático, permaneceu colonial/racista, heteropatriarcal/sexista e/ou humano. Suprematismo/especismo.

No entanto, nossa esperança por justiça climática está precisamente nisso, então precisa-se usar narrativas de contra-hegemonia de todas as maneiras possíveis para promover formas alternativas, pluralistas e sustentáveis de modernidade. Como defendido neste artigo, o dilema ecomodernista do socialismo só pode ser superado quando adotado uma visão de economia política de que todas as formas de trabalho têm o mesmo valor desde que sustentem a vida. Isso deve ir

além da visão binária ecofeminista do século XX da relação entre produção (masculino) e reprodução (feminina) para entender a "força da reprodução" como um conjunto de subjetividades e movimentos contra o colonialismo, o capitalismo, e modernidade. Somente por esse caminho o ecossocialismo do século XXI pode enfrentar a transição ecológica como ponto de encontro de diferentes lutas pela "mudança institucional".

3 CONCEITO DE ECOFEMINISMO E SUA BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE

Flores (2015), relata que o ecofeminismo é um ramo do movimento feminista que vincula a luta pela igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres e proteção do meio ambiente. No nível social, o nível de sustentabilidade ambiental é avaliado por meio de indicadores que expressam a percepção dos moradores sobre a probabilidade de vida social e bem-estar na comunidade, com foco nas relações interpessoais e coletivas, segurança, discriminação social, acesso comunitário a bens e serviços, como saúde, educação, transporte, etc.

Em uma escala de 0 a 4, a média da comunidade é 2,916, e a faixa desse indicador é 2,156 8 - Os sistemas de comunicação atendem aos interesses da comunidade -3.750 para o indicador 3, as crianças são livres para brincar e passear nas ruas e praças da comunidade – indicando que 29 (90%) concordaram que esta é uma comunidade segura e tranquila nos espaços públicos.

Em uma escala de 0 a 1, o nível de sustentabilidade é 0,729. Os indicadores relacionados à sustentabilidade no nível econômico foram selecionados para medir a capacidade dos membros da comunidade de acessar bens e serviços e atividades geradoras de renda. Para tanto, são considerados o nível de renda domiciliar per capita, a absorção de mão de obra local e a satisfação das necessidades básicas de moradia e alimentação, conforme mostra a Tabela 3. Em uma escala de 0 a 4, a pontuação média é de 2,499 pontos, ou 0,6247 em uma escala de 0 a 1. Os indicadores 1, 6 e 7 merecem atenção especial porque representam o contrário: no primeiro caso 28 (87%) respondentes concordaram que supriam suas necessidades de alimentação e moradia na comunidade, enquanto no segundo caso 24 (75%) discordaram que os alimentos consumidos foram produzidos na comunidade ou no terceiro caso, 16 (50%) discordaram que o nível de renda familiar per capita da

ecovila permitia um padrão de vida decente. A polêmica é compreensível quando 50% dos entrevistados afirmam que os salários são baixos e 27% dos moradores possuem renda de fora da comunidade. Para medir o nível de sustentabilidade da dimensão componente natural, foram selecionados indicadores envolvendo atividades como gestão de água, solo, energia, resíduos e águas residuais.

Esses resultados confirmam, assim, a hipótese de que os princípios e valores defendidos pelo ecofeminismo ajudam a fortalecer e potencializar a sustentabilidade ambiental das comunidades. Esses resultados sugerem que quanto mais ações forem investidas na promoção dos princípios e valores do ecofeminismo, maior será o sucesso que pode ser alcançado na busca da sustentabilidade ambiental das comunidades, mas que podem ter impactos negativos se ignorados.

Vale ressaltar a importância do princípio de organização não hierárquica do investimento comunitário na organização, considerando que este é um dos indicadores com os quais os moradores não concordam, mas tem um efeito positivo significativo, sendo aqueles com menor renda familiar os menos propensos a concordar que há presença na comunidade apoiar a igualdade de oportunidades para o desenvolvimento de pessoas e talentos, valorizando a estética, a arte e a beleza, valorizando a diversidade e a existência de organizações não hierárquicas. É necessário associar o movimento feminista com as lutas pelo movimento ambiental. Como explicitado no item 2, a igreja teve grande importância para o fomento de um sistema patriarcal, e injustiça com as mulheres. Por razão desse sistema, basicamente os homens eram proprietários de todos os homens, inclusive os das mulheres, de forma que não governavam nem mesmo “seu pedaço de terra”, doravante, o que pode ser constatado é que as mulheres continuam não tendo domínio sobre propriedades, mas arcam com as consequências das males ambientais causadas pelas decisões dos homens.

Nesse sentido, revela os dados da ONU, que as mulheres representam 80% do total de pessoas que deixam obrigatoriamente seus lares para se refugiar em outros lugares, consequência das mudanças climáticas. Isso ocorre pois as mulheres têm maior probabilidade de viver em condições de pobreza e menor poder sócio-econômico, o que faz com que sofram mais para se recuperar de situações extremas, como por exemplo desastres naturais.

Os fatores que explicam a menor poluição pelas mulheres é que em decorrência de serem mais propensas a sofrerem das ações climáticas, somada ao

seu poder econômico menor se comparado com o de um homem, sua capacidade de compra é menor, portanto, reduzido suas chances de poluir. Em razão dos mesmos motivos, são as mulheres que mais lutam pela preservação do ambiente.

4 MOVIMENTOS FEMINISTAS

FOLTER (2020), retrata sobre a desigualdade e o patriarcado que ficou enraizado no Brasil Colônia (1500-1822), e pouco foi conquistado pela minoria. As mulheres eram propriedade de quaisquer pessoas que fossem os chefes da família. Ou seja, a luta das mulheres, nesta época era focada em algumas carências como o direito à vida política, direito ao divórcio, educação e o livre acesso ao mercado de trabalho. Portanto, os direitos das mulheres e suas lutas pela igualdade, em geral estiveram sempre entrelaçados.

No ano de 1822 até o ano de 1889, acabou sendo reconhecido o direito à educação da mulher, área em que seria consagrada Nísia Floresta, na qual, foi fundadora da primeira escola para meninas no Brasil e também uma das maiores ativistas pela emancipação feminina. Sendo assim, não havia uma proibição de fato para a interação das mulheres na vida política, pois, os direitos não eram nem reconhecidas como possuidoras de tal.

Em 1907, durante as greves das costureiras, mudanças começam a ocorrer no mercado de trabalho e em 1917, com as imigrações de italianos e espanhóis, que serviram de inspirações anarco-sindicalistas, na qual, buscavam melhores condições de trabalho nas fábricas, onde, predominava a força de trabalho feminina. Os requisitos das paralisações, estavam a regularização do trabalho feminino, com por exemplo, a abolição de trabalho noturno para as mulheres e a jornada de oito horas. Neste mesmo ano, foi aprovada a resolução para salário igualitário pela Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho, juntamente com a aceitação de mulheres no serviço público.

Durante o século XX, foram retomadas as discussões sobre a participação das mulheres na política do Brasil. Com isso, foi fundada no ano de 1922, a “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”, onde, as principais metas eram a batalha pelo voto e o livre acesso das mulheres ao campo de trabalho. Sendo assim, em 1928, foi autorizado o primeiro voto feminino (Celina Guimarães Viana, Mossoró-RN), no qual, outra mulher foi eleita, como a primeira prefeita no país (Alzira Soriano

de Souza, em Lajes-RN). Entretanto, ambos os atos foram anulados, e, sendo assim, abriram um precedente para a discussão sobre o direito à cidadania das mulheres.

Durante o Estado Novo, as militantes do feminismo, estavam divulgando suas ideias por meio de jornais, reuniões, explicativos, entre outros meios de comunicação. Toda via, todas as formas de divulgação sobre a repressão sofrida e seus direitos que não eram levados em consideração, foram validados.

A partir da década de 60, o movimento incorporou temas pertinentes à condição da mulher, como, a saúde preventiva, igualdade entre homens e mulheres, apoio em casos de assédio e até mesmo estupro, proteção contra a violência doméstica, entre outros assuntos no qual estão em pauta e em discussão até nos dias atuais.

Segue abaixo uma imagem para melhor descrever alguns movimentos feministas:

Figura 1 – Tipos de Feminismo



Fonte: <https://educacao.umcomo.com.br/artigo/tipos-de-feminismo-30178.html> (acesso em 2022)

Figura 2 – Luta contra o patriarcado



Fonte: <https://medium.com/qg-feminista/breve-hist%C3%B3rico-do-ecofeminismo-df055b44401a>
(acesso em 2022)

5 DEFINIÇÃO, ORIGENS E FILIAÇÕES HISTÓRICAS

O surgimento dos ecofeminismos não pode vincular-se a partir de um único ponto de vista, pois, não é correto que corresponda apenas a um movimento ou pessoa. Portanto refere-se a um conjunto teórico e prático com diversas fontes. Sua origem se dá a partir do reconhecimento de uma tensão entre prática e ativismo ecofeministas, que são vistas de dois lados. O primeiro é a teoria e o segundo, acadêmica. Sendo assim, é incorreto afirmar que “o ecofeminismo” surge na academia, pois há vários movimentos de mulheres em/ diferentes lugares do mundo que tem uma conexão, com a diferente forma de exploração e a importância de lutarem por bens comuns e territórios. “Elas protagonizaram de forma mais contundente movimentos pela paz, anti-nucleares, contra o lixo tóxico e a poluição nos EUA e na Europa. No Sul Global, salientam Shiva e Mies (1993) ”.

Apesar disso, elas desenvolveram vários movimentos e teve destaque em pautas como, a gestão justa do acesso a água, a utilização da terra e manutenção da base de sobrevivência das mulheres, entre outras pautas. Essas mulheres,

envolvidas em pautas sociais, não criaram ou usaram o termo 'ecofeminismo'. Com isso, suas lutas acabaram demonstrando que é possível situar mulheres e crianças em primeiro lugar. Sendo assim, podem ser revertidas a lógica colonial, patriarcal e capitalista, neste sentido, na qual é reconhecida a vida na natureza com a inclusão dos seres humanos, com cooperação, cuidado e amor.

Sendo assim, devemos respeitar a diversidade de todas as formas de vida, incluindo expressões culturais na qual a economia de subsistência deve preencher o lugar e os esforços humanos devem se concentrar em promover um sentido de liberdade, onde, não seja apoiada o consumismo e o acúmulo material, com a visão de liberdade, felicidade e uma boa vida, sendo respeitados os limites da natureza. A origem do ecofeminismo, tem como base uma reflexão feminista aplicada a problemas ambientais, sua continuidade depende da manutenção dessa integração criativa e não dogmática. Na medida que se estabelece relação entre mulheres e natureza, ainda que tais associações tenham um caráter cultural, depende propriamente do ser biológico ou espiritual. Porque, isso está associado na valorização da capacidade de gerar vidas e o ciclo menstrual das mulheres, tem grande possibilidade de sustentar sobre as mulheres serem seres naturais, guardiãs da "mãe natureza", com isso, a frase típica e machista, o termo se refere como inferioridade.

6 CONTRIBUIÇÕES DO ECOFEMINISMOS E SUA HISTÓRIA NO BRASIL

Plumwood (1993), conceitua que, os dualismos são "formas alienadas de diferenciação" e são interpretadas e construídas com base no poder sistematizado que por obséquio, estabelece sobre um reino inferior e estranho. Na concepção dualista, as mulheres e natureza são aproximadas do lado inferior, na qual são subordinadas e sem poder, portanto, apesar do sentido plural do termo ecofeminismo, a crítica aos dualismos, trata-se de uma questão central.

O feminismo ecológico, também conhecido como Ecofeminismo, abrange tanto a teoria como a prática e ela abarca três áreas, que são: os estudos feminista, ambientalista e o animalista. A área animalista é chamada de ecofeminismo vegetariano. Os elementos que compõem o ecofeminismo, estão vinculadas a contextos distintos de promoção da subjugação e a opressão, sendo assim, ela existe de forma plural. Com isso, é conhecido como "ecofeminismos". Os

ecofeminismos, tem diferentes abordagens, na qual pode se delimitar com um conjunto de diferentes teorias políticas e vertentes feministas (radical, marxista, anarquista etc.)

No Brasil, não há grandes estudos quanto aos assuntos do ecofeministas, com exceção do trabalho de teologia da libertação na região latinoamericana da filósofa e teóloga feminista brasileira Ivone Gebara,

Os cicatrizes da ditadura militar ainda eram notórias e recentes, tendo em vista, a violação sistêmica dos direitos civis e políticos, sendo assim, era e ainda é necessário restabelecer os processos democráticos e os direitos fundamentais como, coletiva e difusa, os econômicos, sociais, culturais e ambientais.

No Brasil, vale destacar, o movimento ecológico, apresentava pouca noção das questões de gênero, se preocupando mais com a derrubada das florestas para a expansão do agronegócio propriamente dita, do que com as questões ambientais. Foi de marco importante no Brasil, sobre as mulheres ativistas que estavam ligadas a questões ambientais, um encontro de teoria e prática, a Eco-92. Este evento contou com grandes pensadoras sobre o assunto, tendo sido conhecido como Planeta Fêmea, sendo um “espaço de reflexão das mulheres” segundo Rodriguez (2013).

No entanto, o movimento tradicional da década de 1980 se destacou aos propósitos ecofeministas, ou seja, não houve grande tentativa de incluir a perspectiva ecológica na demanda dos movimentos de mulheres na época. A Eco-92, das correntes ecofeministas no Brasil conquistaram pouco espaço, e foram reduzidas pela atribuição do adjetivo que foi essencial na época.

Os movimentos sociais pontuam que as mulheres brasileiras estão se empenhando mais pelas lutas em defesa da natureza. Em 2012, por exemplo, foi expandido as análises sobre o ecofeminismo e reconhecem a complexidade dos diferentes tipos de experiências de mulheres, como sua etnia, sexualidade, capacidade e etc. Para algumas mulheres, pode ser importante celebrar a aproximação, do trabalho das parteiras, das rezadeiras e das benzedadeiras, para ampliar o conhecimento sobre as ervas medicinais, quanto a valoração feminina com a natureza para serem contestados como espaços de domínio e por último, para a mulher pensar em outros envolvimento possíveis entre ser humano com a natureza, pois, às tornavam propícias a serem consideradas menos racionais e objetificadas.

7 ECOFEMINISMO COM BASE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

As constituições latino-americanas, em um sentido geral, inclusive a brasileira como lembra MELLO (2006), historicamente sempre refletiram os interesses das elites hegemônicas, tendo sofrido fortes intervenções da cultura europeia, e essa intervenção caracterizou-se como marca registrada após a colonização sofrida pelos países latino-americanos e, conseqüentemente, as necessidades das classes sociais minoritárias - como povos indígenas, afro-americanos, agricultores, meninas e meio ambiente, nunca foram uma preocupação de proteção de direitos.

Segundo MELLO (2006), a partir da década de 1980, alguns movimentos sociais iniciaram uma luta para romper com as condições predominantes, tipicamente coloniais, promovendo assim as bases de um novo constitucionalismo (também conhecido como constitucionalismo andino, multinacional ou transformador). Começou a tomar forma na América Latina, incluindo a nova constituição federal brasileira como parte desse processo. Nos ensinamentos de WARREN (2003) o chamado ecofeminismo foi um dos principais movimentos sociais que lutaram no processo que resultou no novo constitucionalismo.

O ecofeminismo é um movimento social baseado em princípios sustentados na percepção de que existe uma ligação importante entre a opressão das meninas e a opressão da natureza. A convergência entre a mulher e o meio ambiente e por que ambos são considerados inferiores é um tema central na busca por igualdade e justiça. O movimento considera que as meninas são universalmente definidas na sociedade apenas pelos papéis maternos e domésticos. que se refere apenas a fatores naturais, informar a sociedade sobre as lutas e conquistas da campanha promover uma maior compreensão do que as mulheres têm tanto quanto a natureza um potencial vasto e diferente, o poder de cuidar e compartilhar, de ficar parado há uma necessidade urgente de abominar qualquer forma de violência regra. O resultado inicial é que a luta ecofeminista é expressa em torno de três eixos: I) Conservação e Respeito à Biodiversidade e cultura em um sistema que busca unidade e destruição diferenças; II) sustentabilidade ecológica e social, baseada na fraternidade com a natureza e a humanidade; III) Participação e comunicação nas relações sociais e as formas de governo são afetadas pela democracia como busca de valor.

8 UMA ANÁLISE SOBRE O ECOFEMINISMO, SEUS PARADIGMAS HUMANO-AMBIENTAL E SEUS PRINCÍPIOS

Segundo o entendimento do ecofeminismo, certamente houve uma grande evolução ao trespassar do crescimento econômico a qualquer custo para formas de desenvolvimento menos agressivas ao meio ambiente. As estruturas políticas, sociais e econômicas estão insensíveis à degradação generalizada do mundo natural. No entanto, o ordenamento jurídico é um todo interligado e deve ser interpretado de forma indivisível, respeitando a hierarquia de princípios e normas.

A configuração recente do pensamento ecológico depende de uma ideologia filosófica e política criada por movimentos que têm defendido a transformação do pensamento social, da ordem cultural e do sistema político das sociedades avançadas no contexto político resultante do pós-guerra (BARROS, 2012). Apesar da diversidade de fios, há uma esfera política geral que une as citações simbólicas comuns que conduziram o pensamento ambientalista a um movimento planetário amplamente visível. O ecofeminismo se estabeleceu como símbolo de uma nova escola de pensamento que atraiu muitos especialistas de todo o mundo. Nesse sentido, o ecofeminismo pode ser definido como uma corrente de pensamento que tem norteado movimentos ambientalistas e feministas, desde a década de 1970, em várias partes do mundo buscando fazer uma interligação entre a dominação da natureza e a dominação das meninas.

Como premissa, o processo de incorporação do problema ambiental na sociedade brasileira ocorreu enquanto o modelo de desenvolvimento econômico, impulsionado principalmente pelo capitalismo, resultou na exploração brutal dos recursos naturais, por vezes comprometendo o frágil equilíbrio ambiental em prol do discurso do lucro e acumulação de riqueza. Nesse cenário, é interessante destacar que esse contexto de degradação ambiental culminou no fortalecimento da interdependência entre as nações que, por meio de instrumentos como tratados, convenções e acordos, procuraram formas de cooperação e entendimento para preservar o Planeta Terra. MILARÉ, 2013, pág. 1582).

Neste sentido, como destaque, o Brasil através do programa de pesquisa "O que o brasileiro pensa da Ecologia" fomenta a assimilação da questão ambiental por parte da sociedade brasileira. De modo geral, a pesquisa mostra o interesse de parcela significativa da população em relação ao meio ambiente. Porém, o que mais

surpreende é que o brasileiro, independente de seu nível de renda e escolaridade, revela não apenas preocupação com a questão ambiental, mas também uma forte adesão a valores ambientalistas, inclusive aqueles considerados mais radicais, e a preferência por estes quando comparados com valores materiais.

O sistema de arenas públicas, em suma, é utilizado pelo autor Mario Fuks, que adotando esse ponto de vista, apresenta um número crescente de estudos no campo das políticas públicas e, principalmente, na área da definição de agenda, concebe o debate público como espaço específico de manifestação do conflito social e os recursos argumentativos, em associação com um repertório de atividades, como os instrumentos próprios desse tipo de disputa.

Trata-se, neste sentido, suggestionar a saliência dos assuntos que circulam no seio da sociedade. Supõe-se, preliminarmente, a visibilidade das ações e dos debates, entendendo o meio ambiente como assunto ainda em via de se consolidar, nas quais se faz possível identificar "ensaios" no âmbito da ação coletiva e a formação de argumentos a respeito do meio ambiente enquanto problema social e solidário. Os conflitos ambientais definem essas arenas e os argumentos apresentados pelos atores envolvidos que expressam alguns dos "pacotes interpretativos" emergentes.

Desta forma, o debate público em torno do meio ambiente enquanto problema social é atravessado pela polaridade universal/particular. Esta polaridade expressa as tensões e articulações possíveis entre, de um lado, a atribuição de universalidade ao interesse em relação ao "problema ambiental" e, de outro, a inserção "local" das visões em disputa (FUKS, 1998).

Seja ela vista em termos do conflito que definirá a policy image que se tornará dominante, do desdobramento de "atividades reivindicatórias" por parte de grupos organizados, da "política de definição de problemas" ou do embate entre os "pacotes interpretativos" que constituem a cultura de um assunto público, a dinâmica social em torno da definição de problemas sociais configura-se como fenômeno de grande relevância no desdobramento da vida política (FUKS, 1998, s.p.).

O discurso da sustentabilidade do meio ambiente tem se tornado hegemônico, permeando desde mentes altruístas em defesa da conservação da natureza e da melhoria das condições de vida humana até aquelas que se utilizam desse mesmo discurso para se mostrarem simpáticas à opinião pública e, dessa forma, tirar proveitos próprios. Neste sentido, que organizações internacionais

constatam que é grande e crescente o número de pessoas, movimentos, empresas e governos que buscam alternativas de atuação em conformidade com a sustentabilidade em suas diversas dimensões, resultantes dos movimentos de reformas sociais e políticas que, nas décadas de 1960 e 1970, questionaram as bases que sustentam a sociedade atual. (YUNUS, 2010, p. 263).

O ecofeminismo é uma corrente de pensamento que passou a destacar aspectos antes esquecidos, como o impacto das atividades econômicas nas condições de vida das mulheres, das populações tradicionais, como as indígenas (SILIPRANDI, 2000, p. 62). O ecofeminismo pode ser definido como uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas e feministas, desde a década de 1970, em várias partes do mundo, procurando fazer uma interconexão entre a dominação da Natureza e a dominação das mulheres.

O pensamento ecofeminista considera o conceito de gênero como uma categorização estruturante das sociedades, que integra os diferentes comportamentos que a sociedade espera que mulheres e homens adotem nas interações que estabelecem entre si. Consideram-no como sistema de significados construídos socioculturalmente ao longo da história, que se reporta a uma manipulação simbólica de dados biológicos referente ao sexo, de forma a assegurar uma hierarquização e desigualdade social entre mulheres e homens. Esta desigualdade é cristalizada historicamente por via de uma retórica social, a justificar a superiorização masculina, através das representações sobre os gêneros. Os feminismos têm vindo a desconstruir esta retórica, identificando os estereótipos associados às mulheres e aos homens que, quando analisados individualmente, em nada refletem as diferenças biológicas. Ideologicamente, não se pode olvidar que a lógica do modelo de produção capitalista tem se demonstrado incompatível com as exigências ecológicas para a sustentabilidade da vida no planeta e para a inclusão social das pessoas, garantindo qualidade de vida para todos, independente do gênero. Deste modo, tanto a solução da crise ambiental, quanto da opressão das mulheres não devem ser tratadas como problemas isolados. A humanidade encontra-se em momento singular e repleto de crises sistêmicas. Salutar se faz perceber que a salvação das diversas formas de vida no planeta, assim como a emancipação não só das mulheres como de todos os seres humanos, depende do rompimento da visão estrutural e organizacional da sociedade onde os moldes do capitalismo patriarcal sejam substituídos por relações de parceria e solidariedade.

Neste interim, imprescindível se faz que a humanidade através da ética, em todos os meios, e arrolados desde os seres humanos, alcançando os animais e toda a biodiversidade do planeta seja encarado como desafio de todos.

O crescimento da consciência ecofeminista trata de uma perspectiva de maior atenção para o movimento ecológico e feminista em todo o mundo, concerne neste sentido uma análise da crise ecológica na gênese de sua formação, estabelecendo padrões na busca por conexão entre a exploração da terra de forma sustentável e definição e tratamento sexista sofrido pelas mulheres. Faz-nos notar que a teoria e a prática feminista têm de incluir uma perspectiva ecológica e as soluções dos problemas do meio ambiente, opondo duras críticas ao modelo patriarcal a qual a sociedade se desenvolveu. Neste sentido, o ecofeminismo atinge seu propósito ao colocar uma forte ênfase na relacionalidade e na interdependência entre todos os seres, como princípio absolutamente fundamental para a manutenção da vida das presentes e futuras gerações.

Desta forma, o ecofeminismo é encarado como uma escola especial de ecologia social, uma vez que também aborda a dinâmica de dominação social dentro do contexto do patriarcado. Entretanto, sua análise cultural das muitas facetas do patriarcado e das ligações entre feminismo e ecologia vai muito além do arcabouço da ecologia social. As ecofeministas veem a dominação patriarcal de mulheres por homens como o protótipo de todas as formas de dominação e exploração, a exploração da natureza, em particular, tem marchado de mãos dadas com a das mulheres, segundo o pensamento ecofeminista que, a antiga associação entre mulheres e natureza liga a história das mulheres com a história do meio ambiente. Maria Mies e Vandana Shiva complementam: Esta nova imagem da mulher não foi um resultado ocasional das transformações sociais que tiveram lugar no século XVIII. Ela foi, como demonstrou Leiselotte Steinbrugge, uma construção deliberada pelos filósofos do Iluminismo, que empreenderam um discurso extensivo sobre a natureza da mulher. Particularmente Diderot e Rousseau, entre outros, desempenharam um papel chave na construção da nova mulher como o gênero moral, a maternidade, de uma proximidade à natureza. Esta mulher tinha de ser excluída do âmbito da política e da economia, da arena pública, governado pela razão (masculina). Tinha de ser naturalizada e ao mesmo tempo privatizada numa sociedade que, de acordo com Steinbrugge, excluía certos sentimentos do seu código de interação social pública, principalmente a consideração da misericórdia,

da piedade, da qualidade humana e até as considerações morais. A mulher torna-se o “gênero moral”.

A feminilidade transforma-se no princípio feminino (MAIES; SHIVA, 1993, p.193). Os princípios e valores que orientam o ecofeminismo em favor do ambiente sustentável encontram suporte empírico em manifestos em todo o mundo que, por sua vez, se apresenta como uma organização social alternativa, de baixo impacto sobre os componentes naturais e de novos valores de bemestar social. Princípios do ecofeminismo e práticas de uma ecovila apresentam-se consonantes com a tentativa de mitigar impactos antrópicos sobre o meio ambiente, em diferentes dimensões, em nível local, e /questionar padrões culturais dominantes. Prosseguindo com o exposto, originariamente, o princípio observado através da busca pela descentralização e de não hierarquização é caracterizado na ordem simbólica patriarcal que estabelece por igual uma situação de dominação e exploração para as mulheres e para a natureza. Neste sentido, a sustentabilidade ecológica e social, baseada em relações de irmandade/fraternidade para com a natureza e seres humanos, supera-se neste ponto a existência de convergência entre a forma como o pensamento ocidental hegemônico vê as mulheres e o meio ambiente (ANGELIN, 2014).

9 CONCLUSÃO

A escolha desse tema se justifica pelo fato de se tratar de um movimento social relativamente recente e pouco difundido entre a conjectura e a prática social brasileira, mas por outro lado já existem muitas críticas e dúvidas. A conjectura bidimensional da justiça é definida como aquela que busca atualizar o conceito de justiça fazendo referência aos fundamentos da conjectura da redistribuição econômica e da conjectura do reconhecimento da diversidade cultural, como valores fundamentais na contemporaneidade.

O pensamento ecofeminista se opõe à apropriação patriarcal tanto da natureza como das mulheres que são consideradas objetos de dominação para o crescimento do capital e ao modelo dominante de desenvolvimento, baseado no crescimento, no lucro e na sua estratégia de modernização, que tem tido como resultado a destruição da diversidade biológica e cultural. Um dos traços fundamentais do ecofeminismo é que percebe a interconexão entre todas as formas

de opressão e violência que afetam as mulheres e a natureza. Assim, quer se opor à apropriação masculina da agricultura e da reprodução (fertilidade da terra e fecundidade da mulher), que não é mais que uma consequência do desenvolvimentismo ocidental de tipo patriarcal e econômico.

O reconhecimento é considerado sinônimo de valorização do status social, para que todos os membros da sociedade possam viver e interagir uns com os outros de forma justa, sem qualquer discriminação ou subjugação de uns sobre os outros. Este conceito serve de referencial teórico para a análise atual do ecofeminismo e da busca pela igualdade de gênero. Antes disso, porém, era preciso contextualizar a emergência do ecofeminismo como movimento teórico e social. Desta vez a história do movimento feminista e do movimento ambientalista / ecológico será discutida para verificar os pontos convergentes e divergentes que deram origem ao ecofeminismo.

No caso do ecofeminismo, a opressão das meninas e a exploração da natureza têm suas origens nos sistemas patriarcais e centrados no homem enfatizados no sistema capitalista. Assim, a crítica ao dualismo imposta pelo sistema dominante ganhou força e é amplamente combatida.

Os princípios e valores que norteiam o ecofeminismo em prol de um meio ambiente sustentável encontram respaldo empírico na Ecovila Piracanga, que por sua vez se apresenta como uma organização social alternativa com pouco impacto nos componentes naturais e com Novos Valores de Bem-Estar Social. Os princípios ecofeministas e as práticas das ecovilas são consistentes com as tentativas de mitigar os impactos humanos no meio ambiente em diferentes dimensões e em níveis locais e questionar os modelos culturais dominantes.

No entanto, os resultados mostram uma relação positiva persistente entre indicadores de sustentabilidade ambiental e indicadores de ecofeminismo, sugere que esse movimento pode trazer contribuições relevantes para a formação de comunidades mais sustentáveis. Mais importante ainda, os resultados mostram a possibilidade de encontrar soluções inovadoras para novos padrões na relação entre sociedade e natureza. À medida que o movimento das ecovilas se expande no mundo e no Brasil, é altamente recomendável ampliar as avaliações empíricas da estrutura dessa forma alternativa de organização social e como ela opera em diferentes contextos sociais.

Os resultados obtidos faz-se concluir que, como ecofeministas, a ecovila

estudada serve como uma alternativa de organização social que busca uma forma mais integrada de relação homem-natureza, e uma forma de convivência humana baseada na solidariedade e cooperação, ainda há muito de espaço para desenvolvimento. O Movimento ainda tem muito trabalho a fazer na prática para concretizar princípios e valores que conduzam à sustentabilidade ambiental.

Entretanto, analisando as várias correntes e os pensamentos que afloram no ecofeminismo, é notável as divergências em destaque na qual o reconhecimento do “ser” mulher e sua busca pela a igualdade de gênero dentro do próprio movimento. Com isso, o método inferir, busca a interpretação dos documentos nacionais e internacionais, além disso, as políticas públicas específicas no qual o tema para alcançar o objetivo central da pesquisa sobre a igualdade de gênero segundo o Ecofeminismo a luz da Teoria Bidimensional da Justiça.

BIBLIOGRAFIA

SANTOS SANTANA, Elissandro dos. **Ecofeminismo: Caminho para a sustentabilidade socioambiental.** Ecodebate, 2016. Disponível em: < <https://www.ecodebate.com.br/2016/09/09/ecofeminismo-caminho-para-a-sustentabilidade-socioambiental-artigo-de-elissandro-dos-santos-santana/> >. Acesso em: 10 de julho de 2022.

BASTARDAS, Marta Thomen, **Tipos de feminismos que existem na atualidade.** Psicologia On-line. Barcelona, Espanha, 13/07/2020 Disponível em: <https://br.psicologia-online.com/tipos-de-feminismo-que-existem-na-atualidade-456.html>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

FOLTER, Regiane, **Ecofeminismo, você sabe o que é? Politize.** Florianópolis, 23/01/2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-ecofeminismo/>. Acesso em: 24 de junho de 2022.

FAHS, Ana C. Salvatti. **Movimento Feminista: História no Brasil.** Politize. Florianópolis, 19/09/2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-feminista/>. Acesso em: 13 de junho de 2022.

FLORES, Barbara Nascimento, TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. **Ecofeminismo e comunidade sustentável.** Artigos • Rev. Estud. Fem. 23 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n1p/011>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

KUHNEN, Tânia A.; ROSENDO, Daniela. **Ecofeminismos.** Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ecofeminismos/>. Acesso em: 07 de junho de 2022.

